

O pensamento crítico na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia

Critical perspective in Archival Science, Library Science and Museum Studies

Carlos Alberto Avila Araújo

Pós-doutor pela Universidade do Porto.

Professor adjunto da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

E-mail: casalavila@yahoo.com.br

Resumo

Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia se constituíram, como disciplinas científicas, no final do século XIX, a partir da consolidação de um modelo custodial patrimonialista e, depois, de uma perspectiva funcionalista. Foi com o surgimento de teorias e reflexões críticas que as três áreas ampliaram seu escopo de estudos e problematizações, bem como inseriram-se num diálogo mais amplo com as demais ciências humanas e sociais. Nesta ampliação, também se fizeram sentir condições propícias para um maior diálogo e fortalecimento mútuo entre as três áreas.

Palavras-chave: Teoria Crítica; Epistemologia; Arquivologia; Biblioteconomia; Museologia

Abstract

Archival Science, Library Science and Museum Studies was constituted, as scientific disciplines, in the late nineteenth century, from the consolidation of a heritage and custody centered model and then, a functionalist perspective. It was with the emergence of theories and critical reflections that this three areas have broadened their scope of studies, and were inserted in a wider dialogue with other human and social sciences. This expansion also been felt favorable conditions for greater dialogue and mutual reinforcement between the three areas.

Keywords: Critical theory; Epistemology; Archival Science; Library Science; Museum Studies.

Introdução

A perspectiva crítica consiste num amplo movimento teórico existente em várias disciplinas das chamadas ciências humanas e sociais. Embora sua origem remonte a séculos atrás, sua sistematização enquanto proposta específica de reflexão e pesquisa se deu sobretudo no âmbito da chamada Escola de Frankfurt. Em um famoso artigo intitulado “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, Max Horkheimer desenhava aquela que seria a distinção fundamental: enquanto as teorias ditas “tradicionais” estariam voltadas para o entendimento (principalmente quantitativo) das realidades e relações humanas e sociais com o objetivo de intervir nestas realidades para se alcançar maior produtividade e controle, as teorias “críticas”

estariam voltadas para a denúncia de relações (na maior parte das vezes, ocultas e inconscientes) de dominação existentes nestas mesmas realidades e relações.

Alguns anos depois, o mesmo Horkheimer, em parceria com Adorno, publicou “Dialética do Esclarecimento: o iluminismo como mistificação das massas”. Neste ensaio, fica mais nítida a distinção. De um lado, haveria as ciências positivistas – ciências humanas e sociais que, utilizando o mesmo instrumental das ciências naturais, converteram-se em instrumentos de dominação, fortalecendo e justificando processos de exploração, de adesão acrítica aos valores do capitalismo e do consumismo, de assujeitamento das pessoas. De outro lado, se ergueria o projeto de uma perspectiva crítica – atenta à explicitação dessas relações de dominação, dos processos e discursos ideológicos, bem como comprometida com o projeto de emancipação dos seres humanos.

Jürgen Habermas, herdeiro do legado teórico de Frankfurt, tornou mais sofisticado esse sistema de compreensão, listando três “tipos” de ciências: as empírico-analíticas (voltadas para a descoberta de “leis” de um mundo que já está “dado”, com o objetivo de manipular e controlar os “objetos de estudo”); as histórico-hermenêuticas (voltadas para a compreensão do mundo a partir das perspectivas dos sujeitos que o vivenciam, voltada para os significados possíveis das diferentes ações empreendidas); e as dialético-críticas (baseadas numa relação dialética entre sujeito e objeto e, portanto, voltadas para a práxis, para o compromisso de transformação do real e da libertação dos sujeitos dos mais variados condicionantes).

O leque de manifestação de perspectivas críticas é muito extenso. No campo da Sociologia e da Economia, sua origem remonta a Marx, que construiu uma elaborada estrutura teórica para analisar a ligação entre fatos culturais (as ideias, os valores, as crenças) e as realidades históricas e econômicas aos quais eles se encontram vinculados. Marx foi o precursor de um vasto conjunto de teorias em várias áreas, como na Ciência Política (Gramsci), na Sociologia da Cultura (Bourdieu), na Sociologia do conhecimento (Mannheim), na Comunicação (Mattelart), na Filosofia (Zizek) entre muitas outras. A rigor, a perspectiva marxista é a mais visível no campo das teorias críticas, mas não é a única. Seguindo a lógica de que a perspectiva crítica é essencialmente uma perspectiva da “dúvida”, isto é, da atitude de suspeição em relação à realidade que se apresenta imediatamente ao sujeito pesquisador, pode-se colocar até mesmo a Psicanálise de Freud, a Filosofia hegeliana, o

desconstrucionismo de Derrida ou a abordagem arqueológica de Foucault como manifestações de pensamento crítico.

Mas o objetivo deste texto não é avançar num panorama das teorias críticas presentes nas várias ciências humanas e sociais. O objetivo é mais específico: analisar a presença dessa corrente de pensamento nos campos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. Afinal, estas três ciências, que nasceram a partir de uma perspectiva essencialmente tecnicista, viram sua consolidação científica se dar justamente sob a égide um pensamento positivista. Neste sentido, o aporte de perspectivas críticas foi fundamental para um avanço teórico efetivo destas áreas em direção a modelos mais sofisticados e complexos de produção de conhecimento.

A consolidação disciplinar das três áreas

A Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia se constituíram, como campos de conhecimento, a partir do Renascimento, quando surgiram os primeiros tratados dedicados à sistematização de conhecimentos produzidos nestas áreas. Neste primeiro momento, as reflexões se centravam essencialmente sobre os acervos guardados nestas instituições, sua importância enquanto um “tesouro”, um patrimônio da humanidade – daí a designação “modelo patrimonialista”. Progressivamente, com o advento da Modernidade, as reflexões nestes três campos passaram a se dedicar às práticas institucionais dos arquivos, bibliotecas e museus, e, no século XIX, seguindo uma tendência verificada nas demais ciências humanas e sociais, as três áreas inseriram-se na perspectiva do Positivismo. No caso da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, tal tendência se manifestou com o primado dos processos técnicos de descrição e organização dos acervos guardados nas instituições. Em fins do século XIX, portanto, verifica-se a consolidação disciplinar destas três áreas, em torno destas três ideias básicas: o estudo dos acervos, das rotinas institucionais e das técnicas de tratamento.

A primeira reação a este modelo deu-se com o advento da perspectiva funcionalista, nos três campos. Tal perspectiva deslocou o foco dos estudos, de uma prioridade aos aspectos “internos” (os acervos, as instituições, as técnicas) para aspectos “externos” – as funções desempenhadas pelos arquivos, pelas bibliotecas e pelos museus para a garantia da estabilidade e do bom funcionamento da sociedade ou de agrupamentos específicos (uma comunidade, uma instituição). Ainda que tais estudos representem, num certo sentido, uma

mudança de perspectiva, também representam uma continuidade, noutra sentido, na medida em que continua uma tendência positivista como fundamento teórico dos estudos. Assim, diversas teorias foram formuladas sobre as funções (integração da sociedade, transmissão da herança cultural, condenação dos “desvios” de comportamento) que arquivos, bibliotecas e museus deveriam ter na sociedade. No seio de tais teorias, as três instituições eram vistas como instrumentos para se obter, no todo social, determinados valores e comportamentos. Arquivos, bibliotecas e museus converteram-se, no plano teórico e no campo prático, em instrumentos de socialização, de inculcação, nas pessoas, de determinados valores, crenças e atitudes. Pois foi em oposição a isso (ou mais, percebendo uma série de problemas em relação a esse processo, tais como ações ideológicas ocultas por detrás de práticas tidas como pretensamente neutras, e questionando as reais necessidades a serem atendidas e os enquadramentos culturais promovidos) que gradualmente foram se erguendo perspectivas críticas em cada uma das três áreas. Tais abordagens se construíram portanto tanto na crítica ao paradigma patrimonialista quanto à corrente funcionalista. Apesar de reunir enfoques, reflexões e pesquisas muito diversas, tais perspectivas têm como um mesmo ponto de partida a concepção da realidade humana como fundada no conflito, na luta de interesses entre atores em posições desiguais por condições de domínio e legitimidade – por meio principalmente (mas não só) do conceito de ideologia.

Pensamento crítico na Arquivologia

O desenho de uma Arquivologia crítica começou ainda em meados do século XX, principalmente a partir de análises sobre os critérios utilizados pelos arquivos e pelo revisionismo das práticas pós-Revolução Francesa. É o caso, por exemplo, da análise de Bautier, em 1961, sobre os erros e contradições da Revolução Francesa, com a reordenação dos arquivos baseada em concepções ideológicas (SILVA et al, 1998). Nos anos 1960, alguns autores começaram a questionar a suposta “naturalidade” dos princípios e práticas arquivísticas.

No mesmo período, a questão do poder de posse de documentos também ganhou destaque com os processos de descolonização na África, Ásia e América. A reconstituição dos patrimônios arquivísticos nacionais foi inclusive tema de debate na XVII Conferência da *Table Ronde* (SILVA et al, 1998), reconhecendo-se que a identidade de um país se revê, em grande parte, nos seus arquivos.

Nas décadas de 1960 e 1970, sob forte impulso da Unesco, ganharam espaço as discussões sobre as políticas nacionais de informação – e, dentro delas, as questões relativas aos arquivos (JARDIM, 1995). Entre as várias problemáticas envolvidas nesse processo estão as de direito à informação como condição de cidadania em relação com os critérios de sigilo dos documentos de Estado (MATTAR, 2003) e a necessidade de transparência por parte do Estado (JARDIM, 1995). O estudo da ação do Estado como estrutura totalizadora capaz de legitimar uma “cultura dominante” encontrou em Bourdieu e Gramsci adequados referenciais para a construção das estratégias de análise (FONSECA, 2005, p. 48), buscando ver em que medida “os registros escritos” podem estar “a serviços das classes dominantes” (SOUSA, 2007, p. 96).

Numa linha bastante diversa, e em diálogo com a Psicanálise, existe também uma perspectiva crítica mais voltada para a análise da “obsessão” das sociedades contemporâneas com o arquivamento, com o registro de cada momento da experiência e o correto tratamento desse registro (COLOMBO, 1992).

É, contudo, no âmbito da Arquivologia canadense que se desenvolvem importantes estudos conforme a perspectiva crítica. Considerado o “pai” dessa abordagem (FONSECA, 2005, p. 60), Terry Cook inaugurou, em 1994, sob a expressão de uma “arquivística pós-moderna”, um campo de reflexões na tentativa de superar as visões positivistas calcadas em pressupostos de neutralidade e passividade. Para Cook (1997), uma nova visão da Arquivologia deveria problematizar noções como a de autoridade, evidência e verdade. Tal postura teria um impacto imenso na própria prática profissional dos arquivistas, que não deveriam mais apenas seguir um “script” que vem sendo naturalizado pela rotina de repetição de práticas passadas, mas sim questionar suas ações percebendo que os arquivos e seus documentos refletem relações de poder, não são depósitos passivos mas locais ativos onde poderes sociais são negociados, contestados e confirmados (COOK, 1997; SCHWARTZ; COOK, 2002). Em suma, trata-se de uma perspectiva teórica que propõem uma viragem das preocupações da Arquivologia, da ênfase nos documentos e seu conteúdo para o seu “contexto”. Os arquivos são vistos como instrumentos de poder que influenciam no direcionamento do ensino formal, na construção da memória coletiva, da identidade nacional e, enfim, o modo como conhecemos a nós mesmos.

Desdobramentos desta abordagem foram feitos em estudos sobre usos políticos dos arquivos para a legitimação de sistemas totalitários em vários países. Um é o estudo de

Caswell (2010) sobre as ações em tribunais pelo regime do Khmer Vermelho no Camboja a partir da teoria da banalidade do mal de Arendt. A autora enfatiza a importância da reflexão crítica dos profissionais de arquivo para não se tornarem cúmplices de “burocracias da morte”, de “regimes genocidas”, por meio de práticas de avaliação ou manutenção de arquivos e de facilitação de práticas de assassinatos em massa por meio de documentação. Outro exemplo é o estudo de Harris (2007) sobre a realidade da África do Sul com uso de categorias da obra de Derrida, que buscou analisar o papel dos arquivos no processo de construção da memória sobre o passado opressivo do regime apartheid – os arquivos como ferramentas de justiça e democracia, isto é, modeladores das políticas da memória. Um último exemplo é o estudo de Montgomery (1995) sobre o uso de arquivos por ONGs de direitos humanos para documentação de abusos a partir do conceito de *accountability*. No Brasil, esse tipo de perspectiva tem importância extrema em questões contemporâneas como a Lei de Acesso à Informação de 2011 e os trabalhos da Comissão da Verdade relacionados com a reconstrução da memória dos períodos ditatoriais vividos no país.

Numa linha relativamente diferente, Delgado Gómez e Cruz Mundet (2010) propõem que a Arquivologia deva acabar com a tradicional fissura entre a lógica do arquivo e a sociedade no qual ele se insere. Para tanto, a Arquivologia deveria deixar de ser vista como uma ciência que “documenta a verdade dos fatos” para ser uma ciência voltada para a discussão dos documentos como resultado e reflexo de uma multiplicidade de tensões sociais que se produzem em tempo e lugar determinados – isto é, que vê os documentos como construtos produzidos segundo determinadas regras do discurso, determinadas “condições de documentar”.

Por fim, deve-se destacar a relevante contribuição de García Gutiérrez (2008), que faz uma grande crítica às perspectivas funcionalistas e tecnicistas, que seriam absolutistas e sobretudo subservientes a determinadas posições dominantes. Como solução, o autor propõe a construção do que ele chama de “operador complexo” (que possibilitaria a explicitação das várias posições e interesses em determinada questão ou tema) em parceria com o “operador transcultural” (responsável por equilibrar os possíveis tratamentos injustos da memória mediante alertas e recriminações) para a construção de sistemas de preservação, representação e busca de registros do conhecimento humano.

Pensamento crítico na Biblioteconomia

A manifestação de uma perspectiva crítica na Biblioteconomia se deu de forma mais explícita em países do terceiro mundo e bastante vinculada aos processos de redemocratização após ditaduras militares, nos quais houve forte censura à circulação de livros. Assim, num primeiro momento, desenhou-se um conjunto de práticas voltadas para população excluídas ou marginalizadas (extensão bibliotecária, carros-biblioteca, serviços de caixa estante) que buscavam alargar o acesso físico aos livros por meio da proximidade espacial. Em muitos casos, tais práticas passaram a se descrever como de “ação cultural” ou de “animação cultural”. Para além do conjunto de iniciativas práticas e linhas de atuação geradas no campo biblioteconômico, houve também uma importante contribuição epistemológica.

Uma das mais completas sistematizações dessa aproximação teórica entre as discussões sobre ação cultural e a Biblioteconomia, que inclusive condensa argumentos de outros autores, é o trabalho de Flusser (1983). Partindo da discussão de Gordon Stevenson em “*Popular culture and public library*”, que define a cultura como campo de atuação do bibliotecário, Flusser apresenta duas possíveis ideias de cultura: uma que a vê como um conjunto de objetos, artefatos, portanto um acervo, estoque; e outra que a entende como conjunto de representações, visões de mundo, práticas sociais (cultura como “contexto” em oposição a “acervo”). A estas duas definições correspondem duas compreensões sobre como deve ser o contato com a cultura (com a herança cultural): uma que a entende como uma herança universal, acumulada pela humanidade, um conjunto unitário, e outra que a vê como produto de experiências de tensões e lutas políticas. Destas duas compreensões resultam, ainda, duas atitudes de “assimilação” desta cultura: uma, estática, passiva, de ver os objetos culturais como bens “em si”; outra, dinâmica, ativa, de promover uma análise crítica dessa herança. É justamente aí que se insere o trabalho do bibliotecário, da biblioteca como instrumento de ação cultural.

Baseando-se em Pierre Gaudibert, Flusser identifica cinco formas de “ideologia cultural” – duas implícitas (que não se declaram ideológicas) e três explícitas (que se dizem representantes de uma tendência). No campo das implícitas está a ideologia do “consenso cultural”, que postula uma pretensa neutralidade da cultura; “A ideologia das necessidades culturais se baseia na ideia de que a política cultural deve ser orientada pelos desejos de uma população dada (...) Não é porém tomado em consideração o fato que esses desejos, estas necessidades, não sejam uma emergência natural da liberdade de escolha de um indivíduo,

mas que eles são solidamente condicionados” (FLUSSER, 1983, p. 152). Tem-se aqui uma clara crítica à visão funcionalista da ação dos equipamentos culturais e das bibliotecas.

A segunda ideologia implícita é a da “inocência cultural”, em que se age como se nenhum conhecimento ou formação fossem necessários para o prazer estético. No campo das ideologias explícitas, Flusser identifica a da “democratização cultural”, fundada na ideia de democracia política, e que acaba por ser “uma declaração de um direito único a pessoas diferentes, e que assim não é considerado um problema da maior importância, a saber, o da realização concreta do acesso à cultura” (FLUSSER, 1983, p. 154). A crítica, aqui, é ao paradigma patrimonialista calcado nos ideais iluministas.

As outras duas ideologias explícitas apontadas pelo autor são a da “salvação cultural” (crença ingênua no poder libertador da cultura contra a sociedade industrial burocratizada e mecanizada) e da “religião cultural” (sonhadora de uma comunhão pela cultura que levaria ao fim das tensões e rivalidades). O papel do bibliotecário neste contexto seria o de decodificar essas várias ideologias e saber atuar sobre elas, a partir de uma “injeção de um pensamento político” (p. 151) em sua prática.

Com esse quadro em vista, o autor formula então uma proposta de ação profissional para o bibliotecário não como agente da domesticação, numa ação manipuladora, normativa, buscando a interiorização de certos valores, mas sim como agente da emergência cultural, numa prática libertadora, transgressora, proporcionando o surgimento da criação e da invenção. Não seria mais um bibliotecário que “sabe quais livros devem ser consultados e considerados bons, ou não consultados” (FLUSSER, 1983, p. 161), que determina o que vamos ler, o que é boa ou má literatura, mas alguém que permite que o usuário “pronuncie a sua própria palavra”, tendo “influência sobre quais livros compõem o acervo” (p. 161). Rompe-se assim a “cultura do silêncio” (p. 163).

Expressões concretas dessa linha de pensamento se encontram em redefinições do conceito de biblioteca, entendendo esta como “centro de cultura” (MILANESI, 1997). Outros trabalhos de natureza prática, sob essa inspiração, buscavam substituir o “depósito silencioso de livros” que era a biblioteca “tradicional” por “instituições sociais, dinâmicas e vivas, em que a participação do povo se faça sentir” (BRITO et al, 1983). Retomou-se assim a importância da expressão “biblioteca pública” (também muitas vezes entendida como um tipo especial de biblioteca pública, a “biblioteca popular”), mas num quadro de sentido bastante diferente do modelo funcionalista – embora as designações “viva” e “dinâmica” apareçam em

ambos os modelos para os caracterizar. Em ambos, há a crítica a uma ideia de “passividade” da biblioteca e a busca por um dinamismo – sendo a natureza desse dinamismo que, justamente, diferencia as duas abordagens. Conforme umas das visões da abordagem crítica, as bibliotecas populares seriam “instituições nas quais a prática educativa levasse os leitores/educandos à busca de conhecimentos e instrumentos que aumentassem seu poder de intervenção sobre a realidade” (LIMA, 1982, p. 138).

Uma perspectiva bastante diversa de reflexão crítica na Biblioteconomia deu-se com a concretização do Grupo de Pesquisa sobre o Escrito e o Documento na França envolvendo, entre outros, Robert Estivals, Jean Meyriat, Pierre Albert, Jean Guenot, Jean- Marie Bouvaist e Jacques Breton. Percebendo a “insuficiência da interpretação liberal” para a “compreensão dos circuitos do escrito e do documento”, o grupo adotou uma “explicação da sociologia marxista” (ESTIVALS, 1981, p.123). Inicialmente, o grupo se voltou para a própria definição de escrito ou de documento, identificando a existência de duas visões: uma essencialista, idealista, em que o conhecimento inscrito é visto como existindo por si; e outra, defendida por eles, denominada pragmática, em que o conhecimento existe a partir de um uso, da perspectiva de um usuário. Partindo dessa definição, e agregando contribuições de autores como Miège e Mattelart, eles analisam os diferentes circuitos do escrito (o lazer e o trabalho) e os diferentes valores envolvidos neles (a gratuidade e a utilidade), não numa perspectiva “tecnicista e liberal”, mas buscando ver as funções sócio-políticas que cumprem, numa “teoria marxista para o escrito” (ESTIVALS, 1981, p. 135). Articulando os conceitos de infraestrutura e super-estrutura, buscaram evidenciar que existe uma ligação entre a lógica da produção e circulação de bens culturais e a de bens culturais (como a produção literária e documental de uma sociedade).

Numa outra perspectiva, vários trabalhos buscaram realizar um empreendimento crítico em relação ao próprio trabalho do bibliotecário, incidindo reflexões sobre os processos de representação de livros e documentos. Dessa forma, diversos autores debruçaram-se sobre a natureza ideológica do ato de indexar (LUCAS, 2000), sobre os critérios ideológicos dissimulados nos sistemas de classificação bibliográfica (BERMAN, 1993) e sobre a neutralidade das fontes de informação enciclopédicas (ALBA RICO, 2010) e, principalmente, sobre a própria ideia de “neutralidade” e “objetividade” presente nas reflexões sobre o trabalho bibliotecário (LEWIS, 2008).

Por fim, destaca-se também a reflexão que se apresenta contemporaneamente sob a designação de “mediação”. Num primeiro momento, a ideia de mediação foi entendida como uma ação de “ponte”, de ligação, entre o acervo documental de uma biblioteca e a comunidade de usuários com suas necessidades. Mas, em pouco tempo, tal concepção avançou no sentido de indicar uma ação mais incisiva do profissional bibliotecário como orientador das leituras, separador das obras “úteis” e “edificantes” daquelas “inúteis”, “irrelevantes” ou mesmo “degradantes”. A ideia de mediação passou a se aproximar à de filtro, e a tarefa do bibliotecário como a de um selecionador. A manifestação pioneira desta questão surgiu em 1935, quando Ortega y Gasset proferiu a palestra de abertura do II Congresso Mundial de Bibliotecas e Bibliografia organizado pela IFLA. O autor identificava, à época, um assustador crescimento do volume de produção editorial, e o livro tornava-se, então, uma fonte de conflito, uma “selva” sufocante, cabendo ao bibliotecário exercer um papel de “domador”, de “higienista”. Ortega y Gasset chega a propor que o bibliotecário deveria intervir na fase mesma de produção dos livros, decidindo quais deveriam e quais não deveriam ser publicados – impedindo assim a publicação dos livros “inúteis ou estúpidos”, isto é, daqueles “desnecessários”. Para ele, tal proposta não seria um ato contra a liberdade, tanto quanto as regras de trânsito não o são. Independentemente da polêmica causada (suas ideias foram recebidas por vários profissionais como totalitárias), o autor antecipava uma realidade que se tornou cada vez mais evidente (a gigantesca produção documental) e as implicações disso na atuação bibliotecária (a necessidade de seleção e filtragem como parte dos serviços oferecidos aos usuários).

Contudo, em anos mais recentes, e principalmente a partir de uma influência das ideias de Paulo Freire, a ideia de mediação passou a definir-se como “toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92). A ideia de mediação passa então a ser entendida não como algo coadjuvante, mas “interferindo em seu próprio objeto”. A mediação aparece como uma interferência intencional, “em oposição ao pensamento hegemônico que sustenta a imparcialidade e a neutralidade” do bibliotecário (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93). Nesta mesma linha, Perrotti e Pieruccini (2007) apontam os três “paradigmas” por que passaram as bibliotecas: o primeiro, da conservação cultural (centrado na organização, no tratamento técnico dos acervos); o segundo, da difusão cultural (com ações voltadas para o acesso e o uso da

informação); e o terceiro, da apropriação cultural (em que o usuário ganha uma relevância maior, e a biblioteca se converte em dispositivo de mediação cultural). As bibliotecas, assim, deixaram de ser simples artifícios de transferência de conteúdos informacionais para se constituírem em verdadeiros dispositivos produtores de sentidos, tendo os usuários ou leitores como sujeitos ativos do processo. Deu-se, assim, progressivamente, uma incorporação de pressupostos críticos na reflexão e na prática bibliotecária.

Pensamento crítico na Museologia

Os museus em sua configuração contemporânea, produtos da modernidade, passaram a ser alvo das mesmas críticas feitas a ela. Para a produção destas críticas, “contribuyen no sólo el especialista y el profesional directamente concernidos, sono quizá mejor, y más sensiblemente, la mirada desinteresada de poetas, filósofos y escritores, en el idioma de la violencia, de la ironía o de la ensoñación” (BOLAÑOS, 2002, p. 15). Entre as obras destes poetas, filósofos e escritores, Bolaños destaca *La Taberna*, de Emile Zola, publicado em 1877 (que retrata bem a dificuldade do museu para se fazer compreender e suscitar o interesse das classes menos “ilustradas”); *El problema de los museos*, de Paul Valéry, publicado em 1923 (que apresenta o museu como “mal estar”, espaço autoritário, sufocante, opressor); e o *Manifiesto futurista*, de Marinetti, publicado em 1909 (que apresenta o museu como instituição que “mata” a arte, como cemitério que impede a novidade e o movimento criativo). Assim surgiram as primeiras manifestações de um pensamento crítico sobre os museus, que foram depois incorporados à produção de conhecimento em Museologia.

Também Magalhães identifica as primeiras abordagens críticas sobre os museus nesse período, destacando a postura de Filippo Tomasi, fundador do Futurismo italiano, para quem os museus seriam cemitérios, “verdades numa sinistra promiscuidade de tantos objectos desconhecidos uns dos outros” (2005, p. 16); de June Jordan, poetisa negra, que vê o museu como “uma instituição que, desde o seu nascimento, tem sido usada como uma arma de poder do ocidente sobre o outro, o considerado não ocidente, num discurso que se começou a delinear com o advento renascentista do século XVI e com maior profundidade com o Iluminismo que se lhe seguiu” (2005, p. 16) e, mesmo na segunda metade do século XX, de Adorno, que denunciava os museus como “túmulo onde eram depositadas obras de arte” (2005, p. 17) e Harrison como local onde “coisas são sepultadas e postas a leilão” (2005, p. 17). Também Hernández Hernández (1998) destaca esse primeiro momento, de manifestações

críticas sobre a instituição museal, como parte da corrente dos “detratores do museu” originada com Quincy, ainda em 1815, e que teve como continuadores Nietzsche, Valéry, Merleau-Ponty e Adorno.

Conforme Bolaños, na década de 1960 se verifica uma nova onda de vozes hostis ao museu na “maior crise da história” – um discurso crítico que decreta sua liquidação, ao mesmo tempo acompanhado de propostas alternativas, que oferecem novas fórmulas que tratam de desinstitucionalizar a instituição sem propor o seu fim. Um dos episódios destacados pela autora ocorreu no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, alvo de controvérsias políticas e artísticas no final da década de 1960, por parte dos ativistas do “antimuseu”, que o criticavam por sua condição de paradigma das instituições de arte moderna. Em janeiro de 1969, um grupo de artistas de esquerda se envolveu num embate violentamente com a direção do museu, denunciando sua cumplicidade com a guerra imperialista. Entre outras ações, o grupo exigia demissão de todos os membros da família Rockefeller do Conselho de Administração do museu, sob o argumento de que se tratava de um grupo de pessoas com muito dinheiro se utilizando da arte como instrumento em benefício da própria glorificação e como forma de aceitação social, usando a arte como disfarce, ocultamento para a sua brutal presença em todas as esferas da maquinaria de guerra – no caso, especificamente relacionado com a fabricação do Napalm usado na guerra do Vietnã.

Contudo, o desenvolvimento da perspectiva crítica sobre os museus teve maior incidência em abordagens mais próximas da sociologia da cultura, buscando problematizar os vínculos entre a ação museológica e a manutenção das hierarquias culturais. Nesse sentido, destaca-se o trabalho pioneiro de Bourdieu, que inspirou toda uma geração de pesquisadores voltados para estudos críticos dos museus. Seu primeiro trabalho sobre as práticas culturais, entre as quais o museu, foi publicado em 1969, mas é um outro trabalho, publicado originalmente nos anos 1970 (BOURDIEU, 2007), que consolida uma série de questões levantadas no primeiro estudo.

Entre os méritos de sua análise podem se destacar: o fato de ser uma densa reflexão teórica realizada a partir de uma extensa pesquisa empírica; o mérito de não se deter sobre o estudo de um grupo ou classe social específico, mas de buscar analisar o que se passa no relacionamento entre as diferentes classes; e a percepção de que as relações de força no ambiente social não se relacionam apenas com uma dimensão objetiva, fruto da distribuição desigual das riquezas econômicas, mas também possuem uma dimensão simbólica, operada

por meio da escola, das artes e das práticas culturais – entre as quais se destacam as visitas aos museus.

Em sua pesquisa realizada e publicada nos anos 1970, Bourdieu (2007) combinou os resultados de uma ampla análise estatísticas sobre gostos e preferências culturais com análises qualitativas por meio de entrevistas e observações. Tendo identificado, na primeira etapa, que existe uma ligação entre as práticas e gostos culturais e o nível de instrução e a origem social dos indivíduos, buscou ir além da aparente banalidade desta constatação. Assim, buscou ver em que medida tal relação esconde o fato de que os grupos possuem diferentes relações com a cultura, e que por meio dessa dinâmica se desenha um processo pelo qual a existência em sociedade de cada um se dá por meio de processos de distinção, de marcação de distâncias. Ou seja, as posições sociais e as práticas culturais não são dois fatores independentes, antes se relacionam, se constituem mutuamente, conformando uma estrutura mais ampla de relações sociais.

Para chegar a esse raciocínio, Bourdieu desenvolveu a ideia de que a sociedade se caracteriza por uma desigual distribuição de recursos (ele prefere o termo “capital”, e apresenta quatro tipos: o capital econômico, o social, o cultural e o simbólico). As diferentes classes possuem capitais diferentes e o usam para manter posições de prestígio. Nesse sentido, buscam também, por meio dos gostos e das práticas culturais, se distinguir das outras classes. Aqui entra, entre outros, o museu.

Ou seja, a perspectiva crítica, com Bourdieu, recoloca a questão da inacessibilidade dos museus para as classes populares num quadro de compreensão bastante diverso da perspectiva funcionalista, para a qual o museu deveria “elevar o nível” das massas, atuar como elemento de “democratização” da cultura. Na perspectiva de Bourdieu a questão é muito mais complexa, pois a prática de ir ao museu se insere como uma atividade de distinção, cumprindo um papel na dinâmica de marcação dos lugares e das distâncias sociais, ou seja, é apropriada como uma prática de distinção, exercendo um papel de construção da dimensão simbólica das relações sociais.

Diversos estudos foram desenvolvidos na perspectiva delineada por Bourdieu, como, por exemplo, o estudo de Lopes (2005) sobre os “manuais de civilidade”, manuais de educação dos gostos do público que, sob o pretexto do discurso da democracia cultural, cometem atos de “violência simbólica”, a inculcação de normas e convenções por meio do

constrangimento. Entre as questões analisadas, encontram-se prescrições sobre como as pessoas deveriam agir nos museus.

Uma outra linha de análise crítica se relaciona com a identificação do papel dos museus na construção ideológica da ideia de nacionalidade. Uma obra fundamental neste campo é a de Anderson (2005), que examinou os vários aspectos por detrás da nação como projeto de uma “comunidade imaginada” e os vários mecanismos de construção desse projeto – sendo os museus um destes mecanismos. Trata-se de uma vertente dedicada à identificação do museu como instrumento de legitimação de uma “história oficial” dos Estados Nacionais. Na esteira dos movimentos de descolonização da África, do movimento negro, da descrença nas instituições educacionais e da busca pelos direitos das minorias, os museus deixam de lado a idéia de uma cultura das elites e de fatos excepcionais da história em favor de uma visão das questões da vida cotidiana, concebendo um museu voltado para o público e com função “crítica e transformadora da sociedade” (JULIÃO, 2006, p. 27)

Nessa mesma linha, Hooper-Greenhill (1998) fornece alguns importantes exemplos, no campo dos museus, de como a história sempre foi um terreno de disputa e conseguir escrevê-la, sinal de domínio. Um deles ocorreu na África do Sul onde, após a queda do regime do *apartheid*, foi possível desmontar algumas falácias apresentadas nos museus, como a de que os brancos e negros haviam chegado ao mesmo tempo à África do Sul, ou de que apenas a população negra era tomada por guerras e disputas tribais (1998, p. 28). Além disso, durante o regime do *apartheid*, os objetos dos grupos de brancos estavam nos museus de história, enquanto os objetos dos povos negros eram expostos em museus de história natural (1998, p. 40). Outro exemplo, ocorrido no Canadá, deu-se durante dos jogos olímpicos de inverno, em que uma multinacional do petróleo se propôs a patrocinar uma exposição sobre um povo indígena – justamente o povo que estava em conflito com essa empresa pelo direito à sua terra. Conforme a autora, em vários lugares os museus estão se dando conta da força ideológica e política de suas exposições (HOOPER-GREENHILL, 1998, p. 39). A mesma autora destaca a existência de reflexões de natureza crítica, no âmbito da Museologia, sobre a adesão dos museus a estratégias de marketing, tendo como consequência sua submissão aos valores comerciais, do mercado, comerciais, que imporiam à instituição museal a lógica do entretenimento (HOOPER-GREENHILL, 1998).

Uma perspectiva semelhante se faz presente no trabalho de Bennett (2004), que buscou analisar os princípios evolucionários de classificação e exibição nos museus de

história natural, etnologia e geologia no século XIX (2004). Utilizando como fundamento os argumentos de Foucault, o autor constrói reflexões sobre como distintas relações de poder são constituídas em e pelo exercício de formas específicas de conhecimento e *expertise* (no caso, formas museológicas). Sua análise recai portanto não sobre o que se passa “por detrás” dos mecanismos museológicos, mas sobre eles próprios, sobre seu processo de construção e seus efeitos.

Numa linha bastante diferente, também Santacana Mestre e Hernández Cardona (2006) propõem o desenvolvimento de uma “museologia crítica”. Mas seu enfoque é outro. Os autores entendem ser o patrimônio o objeto e a Museologia o sujeito que atua sobre esse objeto por meio de estratégias museológicas (intervenção e tratamento técnico do patrimônio). O objetivo dos autores é fornecer caminhos para a análise das incongruências e contradições que ocorrem nesse processo de intervenção, isto é, identificar destruições que se cometem em nome da preservação. Nesse sentido, percebem que, em muitos casos, a prática museológica incide sobre o patrimônio com critérios mais ideológicos do que científicos. Ou seja, concebem que a Museologia deve ser não a concretização das estratégias de intervenção, a implementação dessas estratégias propriamente ditas, mas a reflexão crítica sobre elas, sua constante problematização.

Perspectivas críticas como espaço de aproximação e de superação

Uma das características mais marcantes das teorias críticas é a sua desconstrução do próprio conhecimento científico. Nesse sentido, um dos aspectos da ciência moderna mais “atacados” pela perspectiva crítica é a sua rígida separação disciplinar. Não é por acaso que autores ligados a perspectivas críticas transitem por diferentes disciplinas científicas – inclusive aqueles aqui mencionados, muitos pertencentes a campos como a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política.

Assim, o modelo patrimonialista consolidado no final do século XIX, ao privilegiar a dimensão física das coleções, em seguida as instituições que as guardam e finalmente as técnicas operadas para seu tratamento, promoveu e incentivou uma rígida separação das três áreas (as instituições são diferentes, as técnicas de tratamento também). Tal fato se complementou com as ações, cada vez mais incisivas, nas primeiras décadas do século XX, das associações profissionais em prol do estabelecimento das distinções entre os profissionais

de arquivo, de biblioteca e de museu. As primeiras perspectivas funcionalistas presentes nestes campos, se por um lado ajudaram a ampliar o leque de problematizações (ênfase nas relações entre essas instituições e a sociedade), ao mesmo tempo também tiveram uma parcela de contribuição no acirramento das diferenças, ao propor funções diferentes para as instituições arquivo, biblioteca e museu.

É nesse sentido que o desenvolvimento de reflexões e teorias críticas nas três áreas conduziu a problematizações de questões bastante próximas entre elas – e até mesmo a crítica às separações, já que muitas análises incidem tanto sobre arquivos como sobre bibliotecas ou museus. Por meio da perspectiva crítica, um importante campo de fertilização se abriu, tanto entre as três áreas com diversas outras ciências (como a História, a Antropologia, a Sociologia, entre outras) como das três áreas entre si.

Ao mesmo tempo, é possível fazer uma outra análise da evolução destas três áreas a partir do tensionamento da maneira como elas buscaram articular estratégias de concretude e abstração em diferentes períodos. Num primeiro momento, a existência dos arquivos, bibliotecas e museus (e, conseqüentemente, da reflexão sobre eles) não se distinguiu das demais práticas humanas. Foi para se constituir como campo autônomo de prática profissional e, depois, de conhecimento científico, que a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia se detiveram, inicialmente, sobre os elementos mais concretos que as caracterizavam: os documentos e acervos; as instituições arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas; os instrumentos de tratamento técnico dos documentos. Em um segundo momento, novos elementos foram gradualmente sendo incorporados ao escopo de problematizações. Contemporaneamente, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia voltam a pensar nos arquivos, bibliotecas e museus como integrados às demais práticas humanas, à dinâmica mais ampla da vida social e cultural. Contudo, elas realizam tal movimento já com uma identidade bem consolidada, com um estatuto científico definido, com um olhar próprio que lhes permite encontrar, na dinâmica das diversas ações e interações humanas, aqueles elementos que configuram *fenômenos arquivísticos*, *fenômenos biblioteconômicos* e *fenômenos museais*. Aí se encontra a abstração que representa a maturidade científica do campo – o que permite que as três áreas sejam, enfim, ciências, e não apenas técnicas.

É nesse sentido que a superação do positivismo foi fundamental. Ao promover o “transporte” da mesma maneira de se produzir conhecimento nas ciências da natureza (exatas e biológicas) para os fenômenos humanos, o positivismo trouxe uma “cientifização” do

pensamento em busca de resultados claros, objetivos, concretos, alcançados por meio de uma postura de “neutralidade” (LALLEMENT, 2004). Uma das conseqüências diretas desse processo foi a separação entre sujeito e objeto, reduzindo o pesquisador a um “coletor de dados” do real – dados estes que possuiriam significados “em si” (DOSSE, 2003). Enquanto positivistas, portanto calcados na perspectiva da concretude apontada acima, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia conseguiram ser apenas “disciplinas auxiliares” de outras áreas como a História e a Administração (caso da Arquivologia), a Literatura e a Educação (caso da Biblioteconomia), a História, as Artes e a Antropologia (caso da Museologia).

Pois ali onde o positivismo via verdades óbvias, uma realidade que “é assim mesmo”, dotada de um sentido unívoco (de uma única possibilidade de compreensão) é que as teorias críticas construíram seu fundamento básico: a postura de suspeição de que a realidade tenha um fundamento nela mesma. Ao partir para a busca das contradições, dos processos (de dominação, de conflito) ocultos e dissimulados e da dinamicidade resultante das disputas por hegemonia entre os diferentes grupos e atores, as perspectivas críticas foram de fundamental importância para o desenho de graus de abstração nas três áreas aqui analisadas.

A perspectiva crítica é apresentada muitas vezes como a primeira corrente de pensamento *específica* das ciências humanas e sociais, já que os modelos positivistas e funcionalistas representam importações de uma mentalidade das ciências da natureza (MINAYO, 2000; DEMO, 1992). Nesse sentido, pode-se dizer que a construção de perspectivas críticas na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia também marcam a sua “entrada” definitiva no campo das ciências humanas e sociais, não mais como auxiliares, mas como parte efetiva delas. Portanto, ao se tornarem, de fato, ciências, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia o fazem tornando-se não semelhantes às ciências da natureza, compostas de leis e modelos preditivos, mas como ciências humanas e sociais, caracterizadas por um conhecimento sempre conjectural, singular, provisório e necessariamente inexato (porque histórico e porque voltado para um objeto que também é sujeito). Aí residem os limites e também a riqueza e as potencialidades dos conhecimentos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos.

Referências

ALBA RICO, S. Wikipedia: ni libre ni de izquierdas. **Acimed – Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud**, v. 21, n.1, jan./mar. 2010.

ALMEIDA JÚNIOR, O. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

BENNETT, T. **Pasts beyond memory: evolution, museums, colonialism**. Londres: Routledge, 2004.

BERMAN, S. **Prejudices and antipathies: a tract on the LC Subject Heads concerning people**. Jefferson: MacFarland, 1993.

BOLAÑOS, M. **La memoria del mundo: cien años de museología: 1900-2000**. Gijón: Trea, 2002.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRITO, E. et al. Biblioteca Municipal de Olinda e sua ação cultural: observação de uma experiência. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 12, n. 2, p. 170-204, set. 1983.

CASWELL, M. Khmer Rouge archives: accountability, truth, and memory in Cambodia. **Archival Science**, v. 10, n. 1, p. 25-44, 2010.

COLOMBO, F. **Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v. 43, p. 17-63, 1997.

DELGADO GÓMEZ, A.; CRUZ MUNDET, J.R. *El archivo como construcción social*. Candelaria: Asarca, 2010.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.

DOSSE, F. **O império do sentido: a humanização das ciências humanas**. Bauru: Edusc, 2003.

ESTIVALS, R. A dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 10, n. 2, p. 121-152, set. 1981.

FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 12, n.2, p. 145-169, set. 1983.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Uma outra memória é possível**. Petrópolis: Vozes, 2008.

- HARRIS, V. **Archives and justice: a South African perspective**. Society of American Archivists, 2007.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. **Manual de museología**. Madrid: Síntesis, 1998.
- HOOPER-GREENHILL, E. **Los museos y sus visitantes**. Gijón: Trea, 1998.
- JARDIM, J. M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995.
- JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. In: CADERNO DE DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS. Brasília: MinC/Iphan/Depto. de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Sec. Est. Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 19-31.
- LALLEMENT, M. **História das idéias sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LEWIS, A. **Questioning library neutrality: essays from progressive librarian**. Londres: Library Juice Press, 2008.
- LIMA, E. Biblioteca em programas de alfabetização e educação de adultos. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 11, n. 2, p. 133-145, set. 1982.
- LOPES, J. T. Notas conclusivas: os museus como terceiras culturas. In: SEMEDO, A.; LOPES, J. T. (Org.). **Museus, discursos e representações**. Porto: Afrontamento, 2005, p. 197-199.
- LUCAS, C. **Leitura e interpretação em biblioteconomia**. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.
- MAGALHÃES, F. **Museus: património e identidade: ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exploração**. Porto: Profedições, 2005.
- MATTAR, E. (Org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- MILANESI, L. **A casa da invenção: biblioteca como centro de cultura**. São Paulo: Ateliê, 1997.
- MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MONTGOMERY, B. Archiving human rights: the records of amnesty international, USA. **Archivaria**, v. 39, p. 108-131, 1995.
- PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M.; FUJINO, A.; NORONHA, D. (Org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007, p. 47-96.
- SANTACANA MESTRE, J.; HERNÁNDEZ CARDONA, F. **Museologia crítica**. Gijón: TREA, 2006.
- SCHWARTZ, J.; COOK, T. Archives, records and power: the making of modern memory. **Archival Science**, v. 2, p. 1-19, 2002.

SILVA, A. M. et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1998.

SOUSA, R. Classificação. In: SANTOS, V.; INNARELLI, H.; SOUSA, R. **Arquivística**: temas contemporâneos. São Paulo: Senac, 2007.

Artigo submetido em: 01 mar. 2013

Artigo aceito em: 18 nov. 2013